CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ata da 22ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2018

Em 24 de setembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Marilia Jardim de Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Eduardo Junqueira Santos, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da sociedade civil: Lígia Vial Vasconcelos, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba; Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta**. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 22ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Na última semana, teve uma reunião da Câmara de Mineração do COPAM, e foram muito citadas a Fiemg, a Codemig e a Faemg em função daquela aprovação do plano de manejo da Estação Ecológica de Corumbá, que nós aprovamos acho que há uns dois anos, mais ou menos. E uma reclamação muito grande da entidade que se manifestou na CMI em função da atuação da Fiemg e da Faemg nesta Câmara, na aprovação, inclusive, pedindo para que a SEMAD revertesse a decisão desta Câmara de dois anos atrás. Eu só queria deixar registrado e claro aqui que a posição da Fiemg naquele momento foi, como é desde sempre, pautada no que a legislação estabelece e no que

contém nessa legislação a respeito de zona de amortecimento e plano de manejo. Caso a entidade que reclamou quisesse alterar alguma coisa, tinha 30 dias para fazer um recurso. Eu acho que nós vivemos em um conselho que é democrático e que tem seus momentos de discutir os assuntos. Eu acho que tentar se utilizar de outra Câmara, que não tem a competência para isso, para tentar reverter um posicionamento feito aqui por esta Câmara é no mínimo desleal, para não dizer outra palavra. Então, eu queria deixar somente registrado o posicionamento da Fiemg, que foi pautado única e exclusivamente no que estabelece a legislação, tanto na Lei do Snuc quanto na nossa legislação estadual. E dizer que foi extremamente desagradável ver isso escrito no parecer de vista e dito em uma reunião." Presidente Henri Dubois Collet: "Realmente eu acho que é importante deixar muito claro, eu acho que essa posição sua é muito importante, de mostrar a transparência do trabalho que nós temos feito. E se há qualquer problema, qualquer situação ou qualquer coisa, pode ser que tenha tido alguma situação de que não tínhamos conhecimento na época, mas eu acho pouco provável, porque foi muito discutido. O plano de manejo da Estação Ecológica de Corumbá levou em torno de quatro anos em estudos, pesquisas, participações com a sociedade, várias audiências. Então, foi muito discutido. Nos últimos dias, eu também participei muito das discussões de definição de limites, e não há qualquer motivo para que realmente tenha que mudar. Por que tem que mudar? Se tivermos, efetivamente, que fazer, tem um prazo de cinco anos, após cinco anos, para rever esses limites, para discutir novamente. Mas eu não vejo problema que façamos essa discussão no momento oportuno. Mas já dizer que tivemos muito cuidado com todas essas tratativas. Então, eu apoio as suas palavras, e nós estamos juntos e à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Eu tenho duas matérias para comentar. A primeira é essa questão que o Thiago trouxe aqui. Eu não vou repetir todas as palavras e o pronunciamento dele, mas dizer que nós estamos de pleno acordo com a posição da Fiemg e aprovamos aqui, sim, com muita discussão, o plano de manejo referido. E realmente a manifestação surgida na outra Câmara foi absolutamente lamentável. Então, o nosso apoio, da Faemg, ao pronunciamento do Thiago. E a outra questão que eu queria trazer aqui é a respeito do Cadastro Ambiental Rural e do PRA. Eu manifestei aqui e em outras Câmaras a preocupação com alguns fatos que estavam acontecendo. Nós tivemos na Faemg uma reunião muito produtiva, muito interessante, entre a equipe da Faemg e a diretoria do IEF – inclusive a Mariana e o diretor –, e a matéria era realmente complicada. O que eu falei aqui não estava fora de cogitação, mas encontrou-se um caminhamento técnico muito positivo. Aí as esperanças de que tenhamos aqui um Programa de Regularização Ambiental interessante. Os perigos continuam. Nós poderíamos ter realmente um Programa de Regularização Ambiental muito interessante." Presidente Henri Dubois Collet: "Realmente eu acho que é importante, sempre que aparecerem essas dúvidas,

que possamos imediatamente sentar, discutir, analisar, porque realmente poderia haver algum problema no meio do caminho, o que foi esclarecido a tempo e a hora. E nessa questão nós precisamos, sim, estar sempre juntos, principalmente nessa proposta de estudos e levantamentos que estamos fazendo, com participação em várias audiências, sobre o PRA e o CAR. Isso aqui não é um trabalho único e exclusivo que o IEF está desenvolvendo, isso aqui é realmente com a participação de todas as entidades da sociedade, principalmente, para que, na hora em que chegar ao final do processo, estar aprovado e caminharmos tranquilamente. Muito obrigado pelo seu apoio de sempre, sempre atento e nos cobrando. E nós estamos sempre à disposição também para participar dessas soluções." **4) EXAME DA ATA DA 21ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 21ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 27 de agosto de 2018. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, UFV, Crea e Sedectes. Abstenção: Angá. Ausência: SEE. **5) STATUS DO PREVINCÊNDIO. Apresentação: Gerência de Prevenção e Combate a Incêndios/IEF**. Rodrigo Bueno Belo/IEF fez apresentação do status atual das atividades de prevenção a incêndios florestais do Programa Previncêndio 2018. **Debates**. Conselheira Isadora Martin Vianna: "Parabéns pela apresentação, muito interessante. Eu gostaria de saber qual é a característica da APA do Rio Pandeiros, qual é a principal causa de incêndio lá." Rodrigo Bueno Belo/IEF: "Pandeiros é uma APA extremamente extensa, uma área muito pouco habitada, inclusive. Então, a tendência de ocorrência lá ficaria maior até pela dificuldade de chegar. Então, tem areais e áreas que não são inacessíveis, mas de acesso bastante dificultado. A maior parte das ocorrências que tivemos lá foram para limpeza daquele terreno mesmo. Salvo engano, em 2017, nós tivemos uma área bastante extensa afetada lá, com forte indício de que houve quase um loteamento. Queimou uma área de quase 10 mil hectares. Foi um ano muito bom para o Regional Alto Médio São Francisco. Se não fosse essa ocorrência, teria sido um ano maravilhoso. Mas por conta de uma ocorrência, com forte característica de que foi colocada para limpeza daquela área, nós tivemos essa área atingida. Na região de Pandeiros, o que vemos é basicamente para supressão da vegetação mesmo. E os usos são variados. Então, o que até estávamos fazendo com a SEMAD era analisar o que ia acontecer com aquelas áreas que foram atingidas por incêndios. Algumas delas foram atingidas, e não aconteceu nada. Não se sabe se foi limpeza de pastagem para o gado simplesmente ir ali pastar. Lá existem algumas áreas em que o gado é solto para isso. E quando se vai ao proprietário ele nunca é o dono. 'Quem soltou esse gado?' 'É um cara lá'. E você vai olhar, a pessoa não tem nenhuma relação com aquela área, ela simplesmente está arrendando a área ali. E eles alegam muito que é ateado fogo em áreas em que não existe autorização. Então, alguém foi lá, soltou o gado e sabe quem é o proprietário. Eu acho que, de Pandeiros, nós podemos dizer isso. Talvez seja para supressão da

vegetação, principalmente para renovação de pastagem. Mas estamos falando de pastagens muito pobres ali." Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: "Só parabenizar pela apresentação e pelo esforço à frente do Previncêndio. Nós sabemos das dificuldades e os avanços que têm acontecido. Eu acho que não é surpresa para ninguém a importância disso. Nós sabemos que o fogo tem acabado, dizimado as unidades de conservação. Nós temos avançado muito e esperamos que continue assim e que o ano que vem, se não for um ano tão bom quanto este, que estejamos cada vez mais preparados para lidar com essas situações no Estado e que consigamos avançar. Parabenizar pelo trabalho." Rodrigo Bueno Belo/IEF: "Eu agradeço e aproveito a sua fala para dizer uma coisa que eu sempre falo também. Incêndio florestal, nós temos muitos conceitos que às vezes ficam enraizados e precisamos trabalha-los. Várias coisas que são feitas hoje, amanhã talvez não nos sirvam. Então, ter a mente aberta para o que acontece no cenário dos incêndios também é muito importante. O Previncêndio trabalha um pouco sob essa ótica. Nós temos enormes limitações, como todos, sejam elas, inclusive, de legislação mesmo, como eu já citei aqui agora. Mas nós temos trabalhado, e o que buscamos muito é isso. Seria mentira falar que o Previncêndio não é uma referência, pois ele acaba sendo referência de programas estaduais, mas tem muito a melhorar mesmo. Nós sabemos disso e contamos muito com essa participação e até mesmo essa crítica, que venha efetivamente a nos ajudar a construir um cenário melhor." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Parabéns ao IEF pelo trabalho realizado, pela palestra feita. Dizer, presidente, que o Sistema Faemg colabora, modestamente, mais colabora com o modelo de prevenção e combate, tanto através de divulgação de todas essas questões que foram levantadas, como através de cursos do Senar. E agora uma curiosidade, e eu teria muita coisa para perguntar. O que é curso de soprador?" Rodrigo Bueno Belo/IEF: "Soprador é uma ferramenta que foi desenvolvida para varrição, para plantio de café, limpeza do café, e nós começamos a utilizar essa ferramenta em 2013. Não é exclusividade do Brasil, outros países já utilizavam. Eu li há muito tempo sobre sopradores usados na Austrália e nos Estados Unidos, peguei algumas referências, principalmente de velocidade de vento na saída do equipamento. É um equipamento que basicamente gera vento. Nós trabalhamos com equipamentos um pouco mais potentes que sopradores de mão, trabalhamos com o de costas, que fica nas costas do brigadista. Ele funciona a gasolina, então, traz um risco para o operador. Mas tem trazido excelentes resultados aqui em Minas. É uma ferramenta ainda nova se pensarmos que desde 2013 começou a ser utilizada aqui em Minas, mas é até com muita satisfação que eu falo dessa ferramenta, porque hoje ela virou vedete em várias áreas. Vários outros Estados estão utilizando, e ela potencializa muito a ação do brigadista. Eu não estou falando que o soprador vale por cinco, dois, três brigadistas, não é isso, mas vemos que o brigadista ficou mais eficiente, com menos esforço. Como toda ferramenta tem limitações, tem área em que ele não

se desenvolveu bem, mas de um modo geral, em Mata Atlântica, em Campos de Cerrado, principalmente se não estiver muito sujo ou com muito acúmulo de combustível, essa ferramenta tem sido excepcional, tem ajudado muito nos combates." Presidente Henri Dubois Collet: "Eu fico feliz e pedi justamente que trouxéssemos essa apresentação do Previncêndio, porque eu acho que devemos trazer o retorno das nossas ações e possivelmente da aplicação desse recurso que recebemos de compensação. Parte dele está nessas atividades. Parabéns, Rodrigo. Realmente nós vemos que estamos sempre avançando com o Previncêndio. E essa ferramenta, o soprador, é motor pequeno, leve, que está sendo utilizado. Principalmente nas áreas de campo, é impressionante a rapidez com que se consegue debelar um incêndio, e em outras áreas também. Como é uma ferramenta nova que está chegando, e o pessoal não sabe utilizar, então, é importante essa capacitação que tem sido feita pelo Previncêndio, pois crescemos e ganhamos realmente o tempo de resposta. Principalmente do início do incêndio ao fim do incêndio, esse tempo de resposta está sendo muito reduzido, em função desse combate a incêndio e do uso dessa ferramenta. Eu acho que é muito prática, e acredito que o Senar já deve estar de olho nisso. Porque nós tivemos várias atividades com o Senar, e a atividade que mais me sensibilizou nesse projeto foi quando fizemos lá em Milho Verde a ação comunitária. Na hora em que estávamos lá na reunião, devia ter umas 50 pessoas, nós falávamos do incêndio, que não se pode pôr fogo, e uma senhorinha, de repente, falou assim: 'Mas vocês podiam nos ajudar a criar galinha. Se a gente começar a ter galinha e produzir o ovo, tem muito turista vindo querendo comprar o ovo da roça. E nós não temos. Então, nos ajude.' Em uma outra reunião que tivemos, nós levamos o Senar, que tem um encarte sobre a criação de galinha caipira e fez essa distribuição. Aí, você consegue realmente se envolver com a comunidade, que começa a entender também o nosso trabalho e que nós não estamos ali só para chegar e apagar o fogo. Não é isso, nós estamos ali para mostrar várias atividades e várias possibilidades que temos de fazer parceria com essa comunidade toda que nos ajuda. Porque no fundo eles estão nos ajudando. Então, realmente essa questão do Senar é fundamental para nós." **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2018. 6.1) Fazenda Sequoia Ltda. Cafeicultura e citricultura. Angelândia/MG. PA 06516/2013/001/2014. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. RETIRADO DE PAUTA em 27/08/2018**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "O voto é favorável em todos os itens, mas nos itens 6.1 e 6.3 a manifestação é contrária à atualização do valor contábil líquido, como sempre fazemos em todos os processos." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Também corroborando a manifestação da Fiemg, voto favorável, mas contra a

correção monetária no valor contábil líquido nos itens 6.1 e 6.3." **6.2) Mesapec Agropecuária e Extrativa Ltda. EPP. Fazenda Piripiri e Canabrava. Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida. Paracatu/MG. PA 15656/2009/001/2015. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **6.3) Luis Manuel Ramos Fachada Martins da Silva. Fazendas São Mateus, Catuai, Planal. São Miguel. Silvicultura. Minas Novas/MG. PA 10593/2009/002/2015. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **6.4) Mineração Duro na Queda Ltda. Estradas para transporte de minério/estéril, extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de rejeito/estéril, posto de abastecimento, unidade de tratamento de minerais (UTM), usinas de produção de concreto asfáltico. Pouso Alegre/MG. PA 17620/2009/004/2017, DNPM 830.070/1993. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **6.5) Vale S/A. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Rio Preto/MG. PA 09299/2012/001/2012. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. Destaque da GCA. Rodrigo Teribele/IEF: "Eu só queria fazer um destaque no item 6.5, da PCH Melo. Houve um equívoco no fator de correção que aplicamos. O valor de referência do empreendimento ficou, em vez de R$ 59 milhões, em R$ 16.159.786,87. Com isso, o valor da compensação, aplicado o grau GI, que não foi alterado, ficou em R$ 71.911,05. É a única alteração. O parecer continua sendo o mesmo, só o fator de correção é que foi alterado." Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "Só para esclarecer que o novo parecer vai ser disponibilizado no site, em substituição ao que está lá. O que aconteceu é o seguinte. Vocês podem estar estranhando o valor de R$ 59 milhões baixar para R$ 16 milhões. É porque, quando o técnico foi atualizar a tabela do TJ, utilizou-se atualização do ano de 1997, só que o valor que a empresa já tinha repassado para nós já estava atualizado de 97 até julho de 2018. Então, a correção que nós deveríamos aplicar é só de julho de 2018 até setembro de 2018. Foi essa a grande diferença que ocorreu no valor." Rodrigo Teribele/IEF: "Só para esclarecer que, inicialmente, a empresa mandou o valor que chamamos de valor contábil líquido, que são para empreendimentos de

antes de 2000. O que foi um equívoco por parte da empresa também porque, na verdade, ela adquiriu o empreendimento depois dessa data. Por isso, eles mandaram um novo VR, e aí o equívoco do VR." Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "É isso mesmo. Então, o novo parecer vai ser disponibilizado no site, em substituição a esse, lembrando que o grau de impacto não sofreu alteração, apenas o valor de referência que foi alterado, e isso influencia diretamente no valor final a ser pago." **6.6) Capital Mineração e Investimentos Ltda. Centaurus Brasil Mineração Ltda. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos, estradas para transporte de minério/estéril, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de rejeito/estéril, tratamento de água para abastecimento, tratamento de esgotos sanitários, unidade de tratamento de minerais, estocagem e/ou comércio atacadista de produtos químicos em geral, inclusive fogo; lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro; postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas, subestação de energia elétrica. São João Evangelista/MG. PA 01626/2011/001/2012, DNPM 831.174/2005. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, Sedectes. Ausência: SEE. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Supercal Pains Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Arcos/MG. PA 00164/1996/011/2016. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Oeste/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: "Abstenção só em função da decisão da IS de possibilitar a segunda metade da compensação de substrato ferruginoso com quartzítico." **7.2) Vale S/A. Complexo de Itabira. Pilhas de rejeito/estéril. Itabira/MG. PA 00119/1986/116/2016, DNPM 930.641/1989. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. **7.3) Vale S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro, pilhas de rejeito/estéril, postos revendedores, abastecimento e postos flutuantes de combustível. Rio Piracicaba/MG. PA 00118/1986/048/2015, DNPM 804.321/1975. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig,

Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. **7.4) Gerdau Açominas S/A. Mina de Várzea do Lopes. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco. Minério de ferro. Itabirito/MG. PA 01776/2004/026/2017. Classe 3. PA 01776/2004/028/2017. Classe 6. Apresentação: Suppri**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, UFV, Crea, SEE e Sedectes. Abstenção: Angá. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: "Só para fins de registro. Eu conversei com a gestora do processo, a Mariana, e com o pessoal da Gerdau. Só para deixar claro em ata, porque não está escrito no parecer, porque a compensação vai ser feita dentro do Monumento Natural da Serra da Moeda, e essa unidade de conservação, a princípio, parte dela foi criada com um acordo entre o Ministério Público e a Gerdau no termo de ajustamento de conduta. Então, para ficar claro que essa área objeto da compensação é diferente da área que foi objeto do termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público. Conversando com a equipe da Gerdau, é uma área adquirida que não foi objeto da compensação com o Ministério Público. Então, seria uma área de terceiro, a empresa adquiriu essa área e, ouvida a gestora da unidade, optou por fazer a regularização fundiária. Então, a Gerdau comprou essa área e está destinando a compensação. É uma área diferente desse objeto porque senão eu acho que teria um conflito caso fosse a mesma área objeto do termo de ajustamento de conduta. Só para deixar isso claro, foi uma dúvida que eu tive. Eu queria deixar isso registrado em ata, que em conversa com a empresa e com os técnicos isso ficou bastante esclarecido." Diogo, representante da Gerdau: "Só para reforçar, as áreas estão sendo adquiridas com o propósito específico para atendimento da compensação e são independentes do acordo judicial. Na verdade, é um acordo judicial." **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS. 8.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, ouro; pilhas de rejeito, estéril. Riacho dos Machados/MG. PA 11961/2009/002/2010, DNPM 831.005/1982. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF**. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **9) RETIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) Retificação do Plano de Trabalho ERCS/PESRM n° 06/2017. Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do processo de Daia nºs 0023178-D, 00231179-D e 0023242-D. Linha de Transmissão da Mina de Tamanduá e Mina da Mutuca. Apresentação:**

Gerente do Parque Estadual da Serra do Rola Moça/IEF. Retificação de plano de trabalho deferida por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVISÃO. 10.1) Água Nova Pesquisas Minerais Ltda. Ex-Iamgold Brasil Prospecção Mineral Ltda. Pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, sem Guia de Utilização. Onça do Pitangui/MG. PA 17700/2012/001/2012. Classe 3. Alteração de prazo conforme cronograma. Regularização Fundiária. Apresentação: GCA/IEF**. Revisão deferida por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **10.2) Thales Bittencourt Marcelos (Vinicius Lacerda Dall'Armellina e Fernanda Vieira Marçal). Construção de habitação/residência unifamiliar. Condomínio Pasárgada. Nova Lima/MG. Intervenção Ambiental Sem AAF. PA 09010001084/15. Retificação do Parecer Único ERFB-CS nº 176/2015. Apresentação: Escritório Regional Metropolitano/IEF**. Revisão deferida por unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Faemg, Fapemig, Setur, Angá, UFV, Crea, SEE e Sedectes. **11) INFORMES. 11.1) Retificação das notas técnicas referentes aos planos de trabalho deliberados pela CPB entre outubro de 2017 e junho de 2018, devido a necessidade de considerar as atualizações monetárias do TJMG nos cálculos apresentados, conforme previsão do artigo 8° da Portaria IEF nº 27, de 7 de abril de 2017. Apresentação: GCA/IEF**. Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "Eu só quero esclarecer que esse item 11.1 está vindo como informe porque todos os planos de trabalho que são aprovados na reunião da CPB têm uma nota técnica da Gerência de Compensação a qual se manifesta em relação ao plano de trabalho que está sendo apresentado. Todos os planos de trabalho até hoje aqui aprovados por mim, que a gerência trouxe, tem uma nota que acompanha um anexo. Essas notas todas contêm as informações em relação à bacia a qual está recebendo recurso, à unidade de conservação que está recebendo e ainda a informação de valores. Eu sempre coloco até uma tabelinha com um resuminho dos valores de qual processo está sendo retirado o recurso, o saldo remanescente desse processo. Então, tem todo o histórico de valores nessa nota técnica. Quando eu fui fazer uma revisão de todos esses valores, eu verifiquei que houve um equívoco em relação à atualização desses recursos. Eu quero deixar claro que em nenhuma das notas houve alteração da manifestação da gerência em relação aos planos de trabalho. Essas notas vão vir apenas para retificar os valores nos quais não estavam sendo consideradas as atualizações. Eu destaco que todas as notas retificadas estarão disponíveis no site. Então, nós vamos substituir as notas antigas pelas novas, retificadas. Então, os valores agora de

todas as notas estão considerando as atualizações. De acordo com a Portaria 27, nós temos que atualizar os valores de compensação mensalmente, e esse 'mensalmente' não estava sendo considerado nas notas técnicas. Então, para ter mais clareza e mais transparência em relação aos valores os quais estão sendo disponibilizados para os planos de trabalho, eu fiz esse levantamento desses valores dessas notas técnicas, e todas elas foram corrigidas desde outubro de 2017 até agora. Esse plano de trabalho, inclusive, essa retificação que acabou de ser aprovada nesta Câmara, já está com o plano de trabalho retificado, considerando as correções monetárias pela tabela do TJ de todos os custos. Se alguém tiver alguma dúvida, eu estou à disposição. E as notas serão disponibilizadas com os valores corretos no site da SEMAD." **11.2) Levantamento dos processos de compensação ambiental em que houve repasse de recursos aos órgãos municipal e federal entre os anos de 2005 a 2018. Apresentação: GCA/IEF**. Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF apresentou à Câmara o levantamento de repasses de recursos de compensação ambiental entre 2005 e 2018, em atendimento a solicitação registrada em reunião anterior da CPB. A apresentação foi disponibilizada no site da SEMAD. Debates. Presidente Henri Dubois Collet: "Foi uma solicitação feita acho que na última reunião. É importante trazer esses dados e também fazer esse registro das providências que vão ser tomadas de envio das correspondências aos municípios. De imediato? Ok." Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: "No caso do ICMBio, o recurso foi entregue para o ICMBio ou diretamente para as unidades? É uma curiosidade." Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "Os recursos que vão para o ICMBio são tratados direto com o empreendedor e o ICMBio. Eu não sei como é a forma que o ICMBio faz atualmente, mas antes tinha um depósito em uma conta da Caixa Econômica Federal. Eu acho que hoje isso não acontece mais, porque tem a execução direta do fundo privado etc. Os recursos anteriores a 2017, a 2016, tinha uma conta na Caixa Econômica Federal na qual o empreendimento fazia o depósito para o ICMBio. O mesmo acontece para os municípios. Quando tem algum repasse para algum município, ocorre o depósito em conta específica desse município, o depósito é feito diretamente do empreendedor para a conta da prefeitura. A única coisa que controlamos é o comprovante de depósito, que é enviado via empreendedor para o IEF. Os recursos de compensação estaduais são pagos via DAE, então, ocorre aquela divisão: o que é para o município e o que é para o Estado. Para o Estado, ocorre a emissão de um DAE para pagamento. Para o município, ocorre depósito em conta específica do município. O IEF entra em contato com o município e pergunta, via telefone, via oficial, qual é a conta na qual o município deseja que o recurso seja disponibilizado. Todos os municípios têm ciência do recurso que estão recebendo, assim como o ICMBio também tem." Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: "Existe uma previsão legal? Por exemplo, eu fiz uma comunicação com o município ou com o ICMBio, e não teve uma resposta. Tem previsão para

tentar reaver o recurso?" Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "Legalmente, no nosso decreto nem no POA tem previsão. A única previsão que tem, no POA, é que os municípios têm que fazer a prestação de contas a cada dois anos, não do recurso totalmente gasto, mas que seja uma prestação de contas parcial. E daquilo que não foi gasto tem que planejar a execução. Então não tem uma previsão de reaver esse recurso ou uma previsão, por exemplo, recebeu o recurso hoje e tem dois anos para gastar. Não existe uma previsão no nosso decreto em relação a isso." Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: "Não existe nenhuma forma de criar um mecanismo disso sem ser via decreto, por exemplo? Porque é muito ruim entregar o recurso e praticamente não haver obrigação nenhuma de se executar. Se não tem obrigação de devolver, fica a possibilidade de destinar para outro fim e passar. Ainda mais em gestões municipais, que podem ter uma alternância de poder do governo." Presidente Henri Dubois Collet: "Eu participei de uma reunião da CPB, mas francamente não lembro em qual período, se foi na minha época no Previncêndio, na SEMAD, ou se já foi no IEF. Mas a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro veio apresentar uma prestação de contas. Eu não estava ligado direto ao processo, não acompanhei o processo, mas lembro que eles trataram aqui sobre uma questão de um muro, de cerca, e a unidade foi cercada. Não foi naquele montante de R$ 9 milhões, mas um valor considerável, acho que em torno de R$ 6 milhões. E eu me assustei com o preço da cerca. Então, realmente, ficamos com essa preocupação de como é aplicado esse recurso. Eu acho que podemos pensar em alguma proposta para trazer um controle maior sobre isso. Por exemplo, esse levantamento, eu acho que foi o Carlos que pediu, e realmente é fundamental que tenhamos essas informações talvez de seis em seis meses. Porque aprovamos aqui tanta coisa, essas compensações todas. E simplesmente aprova e fica por isso mesmo? Eu acho que não pode. Realmente, eu acho que esse levantamento está nos mostrando que precisamos ter algum controle a mais." Nathália Luiza Fonseca Martins/IEF: "Eu até conversei isso com o Guilherme, na semana passada. A nossa intenção é incluir um texto, que seja no POA, a princípio, e depois podemos até regulamentar isso se sair um novo decreto. Nós estamos até propondo uma redação para o novo POA, de 2019, incluir um prazo de execução desses recursos, e, caso esses recursos não sejam executados ou caso não haja a prestação de contas devidamente justificada, de tempos em tempos, que esse recurso possa ser revisto para as unidades. Então, nós já estamos com essa proposta de inclusão para o POA de 2019. A princípio, talvez seria uma forma de tentar regulamentar isso um pouco, pelo menos amarrar essa obrigação de execução o mais rápido possível dentro do plano operativo anual. A princípio, é essa a nossa ideia. Provavelmente, o POA de 2019 já vai vir com essa linha de raciocínio." Presidente Henri Dubois Collet: "De repente, em cima da correspondência que será enviada, chamar três deles para a cada reunião – definido por valores, por exemplo, os maiores primeiro – para trazer aqui uma

prestação de contas perante o Conselho do que foi feito efetivamente. Pode ser que cheguem aqui e digam ‘já prestei conta para a empresa’. Então, tragam a cópia, venham aqui e façam uma pequena apresentação. Eu acho que poderíamos colocar isso, eu não sei o que os conselheiros entendem.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voltando à apresentação feita, tem valores altíssimos, e realmente esse próximo passo da GCA é importantíssimo para saber. Porque fica muito feio, nós aprovamos, mandamos o dinheiro, e é isso aí.” Conselheira Isadora Martin Vianna: “Se eu não me engano, na última reunião, nós tivemos um caso em que estavam solicitando parte dos rendimentos porque não tinham utilizado o recurso, e o recurso teve rendimento. E foi tirado de pauta para maiores esclarecimentos. Eu gostaria de saber o que pode ser feito com esses rendimentos. Se está na conta, e os municípios não utilizaram, creio eu que está rendendo. Eu gostaria de algumas informações a respeito disso.” Guilherme Augusto Duarte de Faria/IEF: “Após aquela reunião, nós iniciamos um debate dentro do IEF. A legislação não fala, especificamente, sobre os rendimentos, então, temos que entender melhor como tratá-los. E até identificamos, naquela reunião, uma série de confusões que hoje acontece, porque alguns municípios que recebem mais de uma compensação depositam essa compensação na mesma conta, e aí gera uma complicação de como entender o que é rendimento de cada compensação dentro daquela conta. Em uma conversa também com a Nathália após aquela reunião, a partir de agora vamos solicitar que aqueles recursos sejam depositados em conta específica por compensação ou por unidade, para que consigamos identificar o que é rendimento que deve ser destinado para cada unidade e não ter aquela confusão mais de o município chegar e falar ‘eu quero usar todo o rendimento dessa conta’, que são várias compensações, com várias unidades, ‘em uma unidade só’. Então, nós temos que criar um mecanismo para que isso não aconteça mais. Quanto ao passado, não temos uma resposta definitiva ainda, mas a tendência é que o rendimento acompanhe o principal, então, que o rendimento seja aplicado e tratado como valor principal depositado. Se o rendimento é devido de uma compensação X que afetou a unidade, que ele seja tratado daquela maneira, seja aplicado apenas naquela unidade. Como a legislação não trata, nós temos que usar como parâmetro outras legislações, legislações de convênios, talvez, que falem um pouco sobre isso. É uma conversa que está acontecendo ainda dentro do IEF, é um entendimento que estamos construindo para depois, talvez, ver como conseguimos normatizar isso, minimamente, com uma nota técnica orientativa. Para o próximo POA, talvez já incluir essa amarra da conta específica para que isso não aconteça mais.” **12) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas